

Veículo: G1	
Data: 11/06/2019	Caderno: João Borges



Por João Borges

O raio X da Previdência dos estados

João Borges e Anna Carolina Papp

11/06/2019 07h51 Atualizado há 2 horas

A entrada dos servidores estaduais e municipais na **reforma da Previdência** é um dos pontos de maior controvérsia na proposta em discussão no Congresso. Nesta terça-feira (11), governadores se reúnem em Brasília para discutir a questão e divulgar um manifesto conjunto.

O fato é que a situação fiscal dos estados é muito crítica, com rombos bilionários – e a Previdência tem um grande peso nessa encruzilhada.

- **Economia prevista pelo governo para os estados com a reforma**
Para esmiuçar esse cenário, pedimos ao Instituto Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado, que fizesse um panorama da situação previdenciária dos estados. O analista da IFI e consultor Legislativo do Senado Federal, Josué Pellegrini, elaborou um ranking de "saúde financeira" das previdências estaduais.

São cinco indicadores, com dados relativos a 2017. Os critérios adotados foram:

1. Valor da dívida corrente líquida (DCL) em relação à receita corrente líquida (RCL): mede a relação entre as contribuições dos segurados e os benefícios pagos
2. Déficit atuarial em relação à RCL: reflete as aposentadorias e pensões, já descontadas de contribuições e ativos, considerando-se um período de tempo mais longo

3. Relação entre servidores ativos e inativos: quanto maior o número, mais sustentável é a Previdência
4. Idade média dos servidores ativos: quanto maior a idade média, maiores os fluxos esperados de novos aposentados no futuro
5. Fatia de servidores estaduais que se aposentam com base em regras especiais: professores, militares (policiais e bombeiros) e policiais civis

INDICADORES DE SITUAÇÃO DAS PREVIDÊNCIAS ESTADUAIS												
Ranking geral		Déficit/RCL (%)		Déficit Atuarial /RCL		Ativos/Inativos		Idade média		Segurado especial (%)		Tesouro
RR	55,0	RR	-11,9	RR	2,1	RR	23,8	MG	42,3	PR	37,8	B
RO	43,0	AP	-9,5	MS	2,3	AP	16,3	RR	42,3	RO	38,4	B
TO	41,0	RO	-3,2	MA	3,0	RO	5,5	MT	42,7	PB	42,2	C
MT	39,0	TO	-0,9	MT	3,2	TO	2,9	ES	42,9	SE	43,0	C
AC	26,0	PA	4,8	AC	3,5	AM	2,1	TO	43,2	RN	43,0	B
AP	25,0	AM	5,8	AP	3,8	PA	1,9	SC	44,0	CE	43,4	B
AM	17,0	CE	7,7	TO	4,3	AC	1,6	DF	44,1	MT	45,0	B
MS	17,0	MA	8,7	RO	7,1	MT	1,6	AP	44,3	AC	45,1	C
PR	10,0	MT	9,2	SC	7,2	MA	1,5	MS	44,5	TO	45,7	B
PA	9,0	AC	9,4	AM	7,2	DF	1,5	SE	44,7	RR	45,9	B
DF	0,0	DF	11,0	SP	7,4	PR	1,5	RO	45,0	PI	45,9	C
MA	-3,0	PI	11,2	BA	7,4	MS	1,4	GO	45,2	MS	46,1	C
ES	-4,0	ES	11,5	GO	7,7	PB	1,3	AM	45,3	PA	46,8	A
SE	-5,0	GO	11,7	ES	7,9	AL	1,2	AC	45,3	AL	47,6	C
GO	-6,0	PE	11,9	PR	8,7	PI	1,2	RJ	45,5	GO	48,2	C
CE	-8,0	SP	12,7	PI	8,8	RN	1,1	PR	45,6	PE	48,3	B
PI	-8,0	PR	13,2	PA	9,1	BA	1,1	RS	45,7	SP	48,6	B
PB	-13,0	MS	13,2	CE	9,3	SE	1,1	PE	46,1	DF	49,0	B
SP	-13,0	PB	13,3	RS	9,4	PE	1,1	SP	46,3	AM	50,9	B
SC	-15,0	AL	14,2	PE	10,3	SP	1,1	PA	46,3	ES	52,0	C
PE	-18,0	BA	14,9	SE	10,4	CE	1,1	AL	46,8	MG	55,2	C
AL	-22,0	SE	15,3	MG	10,8	GO	1,0	PB	46,8	BA	56,1	B
RN	-25,0	SC	18,2	AL	10,9	ES	1,0	RN	47,0	SC	59,8	C
MG	-26,0	RN	18,8	DF	11,6	SC	0,9	PI	47,0	RS	62,0	n.d.
BA	-27,0	RJ	25,9	RJ	12,6	RJ	0,9	BA	47,0	RJ	62,2	C
RS	-44,0	MG	29,9	PB	12,7	MG	0,8	CE	47,8	MA	62,9	D
RJ	-45,0	RS	31,7	RN	13,6	RS	0,6	MA	48,9	AP	63,1	D

Fonte: Suplemento do servidor - Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS - 2017), Santos (2017) e Tesouro Nacional. Elaboração: IFI

Os estados em melhor situação estão nas regiões Norte e Centro-Oeste. Já os estados do Nordeste, Sul e Sudeste encontram-se todos na parte de baixo da tabela, com exceção de Paraná, Piauí e Espírito Santo.

Observa-se também que Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, na lanterna do ranking, são justamente os três estados em pior situação fiscal, com a nota de crédito D no Tesouro Nacional.

Há uma relação entre a posição no ranking e a dívida dos estados – variável que está sendo cogitada para escolher as unidades da federação que devem aderir às regras previstas na reforma.

Os estados mais endividados, com dívida acima de 90% da receita – São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Alagoas –, estão de fato na parte de baixo da tabela.

Porém, Acre e Mato Grosso do Sul, com dívida entre 71 e 76% da receita, estão em boa posição no ranking geral. Assim, para Pellegrini, responsável pelo estudo, o governo não deve levar em conta apenas o tamanho da dívida para separar estados quando se trata de questão previdenciária.

Abaixo, um pequeno resumo da situação de cada estado:

- **Roraima (RR):** melhor indicador de superávit financeiro e atuarial e de relação ativos/inativos. Está, portanto, em situação tranquila.
- **Rondônia (RO):** bem posicionado em todos os indicadores e com superávit financeiro
- **Tocantins (TO):** bem posicionado em todos os indicadores. A posição é tranquila, com a ressalva da presença de déficit atuarial.
- **Mato Grosso (MT):** todos os indicadores encontram-se nas primeiras nove posições, detendo a terceira menor idade e o quarto menor déficit atuarial. Note-se, porém, que uma situação previdenciária razoável não é sinônimo de posição fiscal sólida. O Mato Grosso recebe nota de crédito C do Tesouro Nacional por conta de problemas com poupança corrente e liquidez.
- **Acre (AC):** encontra-se em situação previdenciária bastante parecida com a de Mato Grosso, à exceção da idade média mais elevada, 45,3 anos.
- **Amapá (AP):** os indicadores são bons, com exceção do pior indicador de participação dos segurados especiais, com 63,1%.
- **Amazonas (AM):** assemelha-se ao Amapá, mas sempre com algumas posições abaixo, com exceção da participação dos segurados especiais.
- **Mato Grosso do Sul (MS):** possui indicadores razoáveis, com exceção do déficit financeiro. Esse indicador contrasta com o segundo lugar do indicador de déficit atuarial. Como Mato Grosso, recebe nota de crédito C do Tesouro, também com problemas de poupança corrente e liquidez.
- **Paraná (PR):** melhor situação dentre os estados do Sul e Sudeste, embora abaixo de grande parte dos estados do Norte e Centro-Oeste
- **Pará (PA):** encontra-se em posição intermediária no ranking, mas possui posições díspares quando se compara déficit financeiro e atuarial e relação ativos/inativos e idade média.
- **Distrito Federal (DF):** a pontuação está zerada, mas seus indicadores encontram-se em posições bastante distintas. Como o Pará, os indicadores de déficit estão muito distantes. Já a relação ativos/inativos e a idade média estão razoavelmente bem posicionadas. O Tesouro confere nota C para o Estado por conta de sérios problemas de liquidez.
- **Maranhão (MA):** está bem posicionado nos dois indicadores de déficit e na relação ativos/inativos, mas muito mal posicionado nos indicadores de idade média e

participação de segurados especiais. Maranhão recebe nota C do Tesouro por problemas com a poupança corrente.

- **Espírito Santo (ES):** melhor situação entre os estados do Sudeste e único estado com nota A dada pelo Tesouro. Seu posicionamento é mediano quanto aos indicadores de déficit, mas os indicadores de idade média e relação ativo/inativo destoam muito um do
- **Sergipe (SE):** Não possui bons indicadores de déficit financeiro e atuarial. O que o leva para a posição intermediária é a idade média e a participação dos segurados especiais. Recebe nota C do Tesouro, em razão de problemas de poupança corrente e liquidez
- **Goiás (GO):** Apenas a relação ativos/inativos encontra-se entre as seis mais baixas. Também recebe C do Tesouro, pelas mesmas razões de Sergipe.
- **Ceará (CE):** O déficit financeiro é razoável, mas o atuarial é alto. A relação ativos/inativos e idade está na vigésima primeira e penúltima posição. Já a participação dos segurados especiais é boa. É bem avaliado pelo Tesouro, com nota B, embora a situação previdenciária não possa ser considerada tranquila.
- **Piauí (PI):** encontra-se em posição mediana em todos os indicadores, à exceção da idade média, a quarta pior, com 47 anos. A avaliação do Tesouro é boa, com nota B.
- **Paraíba (PB):** os indicadores variam de médio a ruim, com destaque para a penúltima posição no indicador de déficit atuarial. A exceção é a participação dos segurados especiais, na terceira posição, com 42,2%. Apesar desse quadro, a nota do Tesouro também é B.
- **São Paulo (SP):** Os indicadores de déficit encontram-se próximos da mediana, enquanto os outros três ficam na parte de baixo da tabela. A nota B do Tesouro se deve ao elevado endividamento, o quarto maior entre os Estados.
- **Santa Catarina (SC):** Chama a atenção a diferença entre o déficit financeiro e o atuarial, na vigésima terceira e nona posição. A participação de segurados especiais, 59,8% dos servidores, ocupa a quinta pior posição.
- **Pernambuco (PE):** Com todos indicadores na metade inferior da tabela. A nota do Tesouro é C, devido a problemas na poupança corrente e na liquidez.
- **Alagoas (AL):** Tem déficits elevados. Já a idade média, 46,8 anos, ocupa a vigésima primeira posição. Os outros dois indicadores são medianos. O Estado recebe nota B do Tesouro, por conta do endividamento, o quinto maior entre os Estados.
- **Rio Grande do Norte (RN):** Também com déficits elevados, inclusive o maior déficit atuarial, de 13,6 vezes a RCL. Outros dois indicadores ficam também na parte de baixo da tabela, enquanto a participação dos segurados especiais é a quinta melhor, 43
- **Minas Gerais (MG):** O déficit financeiro está na penúltima posição. Também tem menos ativos que inativos. Trata-se de situação previdenciária delicada, o que contribui para a gravidade do quadro fiscal, juntamente com a terceira maior dívida entre os Estados.

- **Bahia (BA):** Chama a atenção que o déficit atuarial se distancia dos demais indicadores. Recebe a nota C do Tesouro por conta da poupança corrente.
- **Rio Grande do Sul (RS):** Tem a menor relação ativos/inativos e a quarta pior participação dos segurados especiais, com 62%. Tem o segundo maior nível de dívida entre os Estados.
- **Rio de Janeiro (RJ):** Déficits elevados, terceira pior posição também na relação entre ativos/inativos e na participação de segurados especiais. A dívida é extremamente alta e a nota do Tesouro é D, como o RS. Portanto, situação bastante delicada que já levou o estado ao Regime de Recuperação Fiscal.
-



Apenas 3 de 24 estados têm Previdência no azul nos primeiros 4 meses de 2019

Levantamento foi feito pelo G1 com dados divulgados pelas secretarias de Fazenda dos estados; dados do DF, PI e RR no mesmo período não estavam disponíveis.

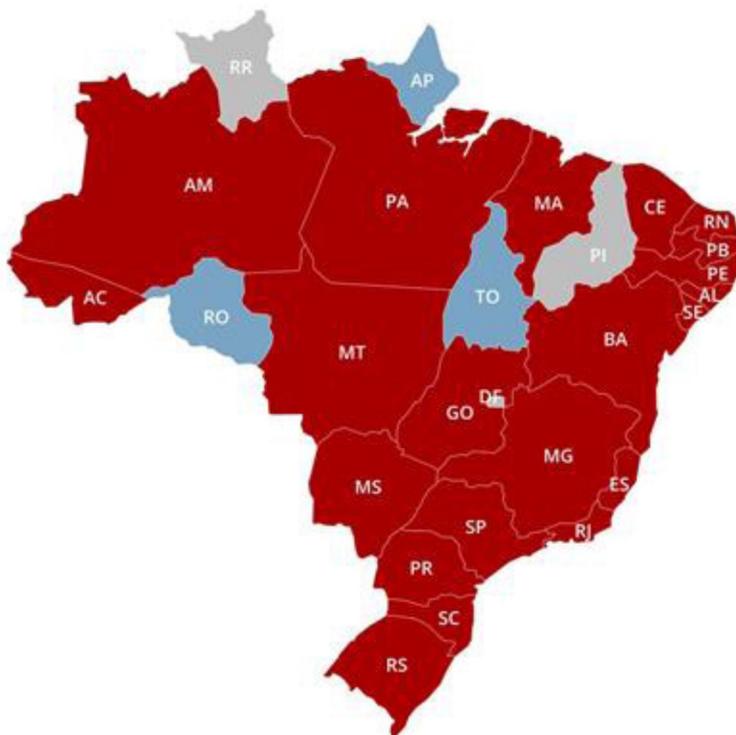
Por Karina Trevizan *, G1

10/06/2019 16h39 Atualizado há 17 horas

Situação da previdência nos estados

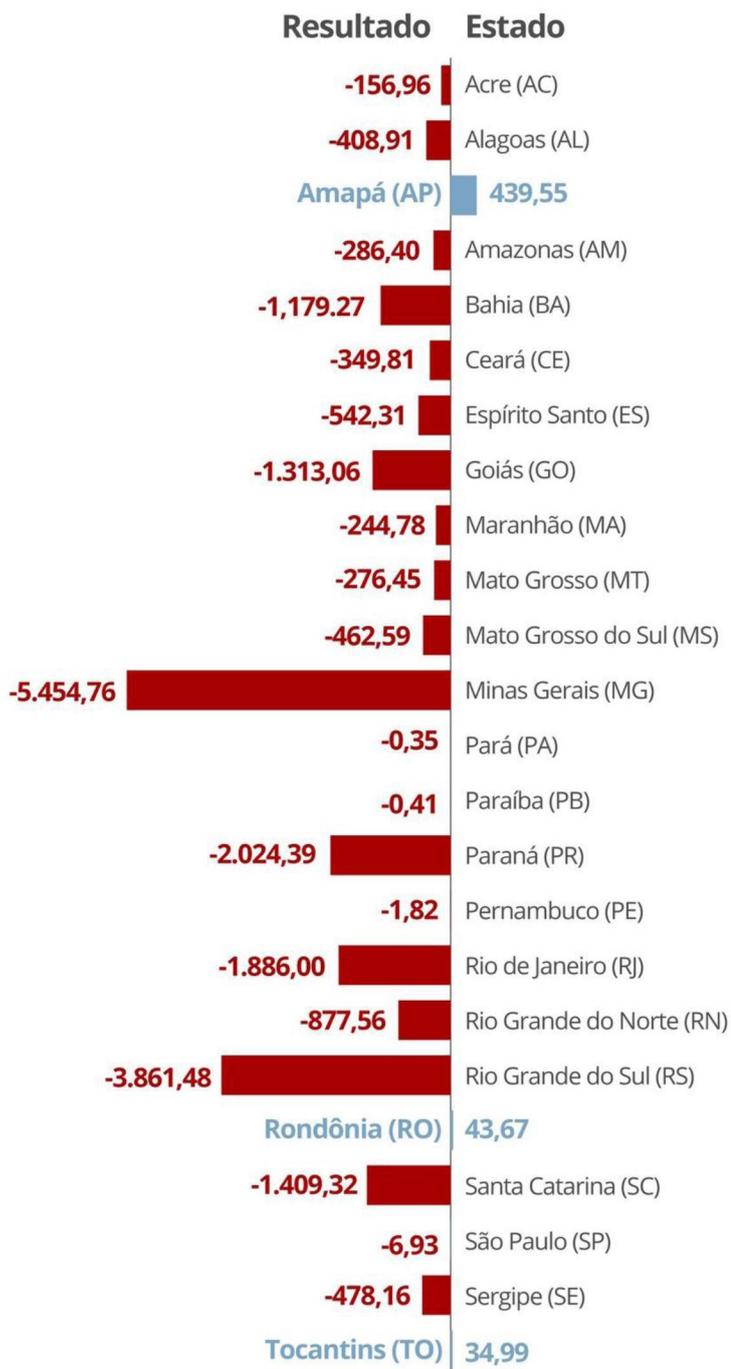
Como ficaram as contas no acumulado dos 4 primeiros meses de 2019

■ Superávit ■ Déficit ■ Dados não divulgados



Os números mais recentes

Em R\$ milhões, com dados até o 2º bimestre de 2019 *



* os governos do DF, PI e RR não divulgaram dados do período

Fonte: governos estaduais



Infográfico elaborado em: 10/06/2019

A Previdência da maioria dos estados brasileiros seguiu no vermelho nos primeiros meses de 2019. Segundo um levantamento feito pelo **G1**, de janeiro a abril, apenas Amapá, Rondônia e Tocantins registraram saldo positivo no seu sistema próprio de aposentadoria e pensões, responsável pelo pagamento dos servidores.

Os números levam em conta os resultados divulgados no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) do governo de cada estado, referentes ao segundo bimestre de 2019. Os estados são obrigados a divulgar esses balanços mas, até esta segunda-feira (10), os dados do segundo bimestre do Distrito Federal, Piauí e Roraima não estavam disponíveis. O **G1** entrou em contato com os governos dos três estados, mas não obteve retorno até a última atualização desta reportagem.

Somados os resultados dos 24 estados, o rombo nas contas das previdências estaduais soma mais de **R\$ 20,7 bilhões** - um **crescimento de 15%** na comparação com o mesmo período de 2018.

Segundo um relatório do Instituto Fiscal Independente (IFI), **o déficit das previdências estaduais em 2060 deve ser 4 vezes maior que o de 2013** se não for feita nenhuma reforma. "Esse déficit aumentaria 3,8% ao ano, em média, em termos reais até 2050 ou 5,3% e 4,3% até 2030 e 2040, respectivamente", diz o relatório.

A reforma da Previdência apresentada pelo governo está em tramitação no Congresso desde fevereiro. O relator, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), disse neste domingo (9) que deve apresentar relatório sobre a proposta à comissão que analisa o tema **na próxima quinta-feira (13)**. Um dos pontos que ainda está em discussão é a manutenção ou **retirada dos servidores de estados e municípios da reforma**.

Regimes diferentes

O levantamento do **G1** considera a soma dos planos financeiro e previdenciário dos estados – regimes diferentes de Previdência, sendo que alguns estados possuem apenas um deles e outros, os dois.

A diferença é que o sistema financeiro funciona como o regime tradicional de repartição - ou seja, a contribuição dos trabalhadores que estão na ativa é usada para pagar os benefícios daqueles que já se aposentaram.

Enquanto isso, o plano previdenciário “separa” a contribuição dos servidores que começaram a trabalhar depois da criação da nova regra, em um sistema semelhante ao sistema de capitalização. Isso quer dizer que as contribuições dessas pessoas não deve ser colocada no mesmo 'bloco' que as dos mais antigos - ou seja, a contribuição dos trabalhadores mais jovens não entra no sistema que paga os já aposentados.

Alguns estados adotaram o sistema nos últimos anos.

“Para ter uma visão melhor do que é o déficit nos estados, tem que somar um com o outro”, afirma Rodrigo Orair, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão ligado ao Senado.

O especialista em Previdência Carlos Heitor Campani, professor do Coppead/UFRJ, concorda que a soma é uma boa forma de avaliar a situação previdenciária dos estados de uma maneira geral. E, sobre a separação de alguns em dois sistemas, ele explica que “isso aconteceu de uns tempos para cá mediante uma regulamentação do governo federal para que os estados tivessem acesso ao plano de recuperação fiscal”. Campani comenta ainda que cada estado tem sua própria regulamentação, mas que, via de regra, os recursos arrecadados no plano previdenciário (ou seja, em que as

contribuições dos novos trabalhadores não pagam aposentadorias dos já inativos) não podem ser usados pelo governo para pagar despesas como folha de pagamento. No entanto, a legislação permite que os valores sejam utilizados em investimentos em infraestrutura, por exemplo – desde que não se comprometa a garantia de pagamento de aposentadoria anos depois.

Orair acrescenta que não há uma uniformidade para a organização do funcionamento dos regimes de previdência nos estados e na apresentação dos resultados sobre receitas e despesas. “Tem várias situações. Alguns fizeram a segregação de massas, alguns instituíam planos previdenciários e voltaram atrás e fundiram os dois fundos, outros não regulamentaram. Não há uma uniformidade”, diz.

Autor de um relatório do IFI sobre as projeções para as previdências estaduais, Josué Pellegrini diz que a utilização de dois sistemas por alguns estados ou municípios não é o centro da questão previdenciária. “Tenho minhas dúvidas se isso é algo realmente relevante. Os estados acabam voltando atrás. Não é uma previdência complementar – o que, isso sim, seria uma mudança significativa. É só uma segregação de massas. Pega-se os servidores mais novos e começa a tratá-los separadamente”, diz o especialista.

Situação preocupante

Para especialistas ouvidos pelo **G1**, os números refletem um quadro delicado que atingem não apenas os estados, mas também os municípios.

“O que aconteceu com os estados e capitais é um fenômeno muito importante que vai acontecer em outros municípios”, diz José Roberto Savoia, professor da FEA/USP.

“Em 2012, 2013, a arrecadação vinha num ritmo crescente. Quando ela começou a se reduzir, as despesas com funcionalismo e aposentadorias aumentaram. Primeiro porque a idade média do servidor público é elevada, de 45 anos. Há boa parte se aposentando todos os anos. E as contratações não aconteceram no mesmo ritmo que as aposentadorias”, explica.

“Nós vimos Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro, estados que são grandes, que têm bastante pungência econômica, mas que começaram a ter dificuldades, atrasando salários, atrasando pagamentos. A perspectiva é de que esses estados que estão com dificuldades, e mesmo aqueles que ainda não chegaram a esse nível, podem chegar a uma situação de inadimplência nos próximos anos”, diz Savoia.

Matheus Delbon, professor dos cursos de pós-graduação e extensão em gestão pública da FAAP Ribeirão Preto, classifica a situação das contas previdenciárias dos estados como “desesperadora”. “O rombo só tende a aumentar, já que é uma máquina grande que vai começar a aumentar, e com salários altos se comparados aos da iniciativa privada. Tem ainda a expectativa de vida maior. Ou seja, nenhuma conjuntura natural vai melhorar esse déficit.”

Outro aspecto apontado pelo especialista como preocupante é que “houve um aumento alto dos salários do servidor na última década, e isso vai impactar (as contas previdenciárias) nos próximos anos”.

(colaboraram Darlan Alvarenga e Roney Domingos)*

De acordo com a Associação de Docentes da Uneb (Aduneb), o comando de greve se reunirá hoje (11) em horário a definir, e uma assembleia reunirá toda a categoria amanhã (12), na quadra de esportes do Campus I (ao lado do Teatro Uneb), às 8h30.

11/06/2019 - 05:00

Cúpula do Congresso quer blindar PEC da Previdência

Por **Andrea Jubé, Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto e Cristiane Agostine**

Um sentimento de "perplexidade e cautela", na expressão de deputados experientes ouvidos pelo **Valor PRO**, predominou no Congresso um dia depois da divulgação dos diálogos entre o hoje ministro da Justiça, o ex-juiz Sergio Moro, e o procurador da República Deltan Dallagnol, que encabeça a Operação Lava-Jato. Os partidos do chamado Centrão comprometeram-se com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), a blindar a reforma da Previdência do eventual contágio da crise política, mas o acordo exclui as siglas de oposição, que preparam requerimentos de convocação do ministro da Justiça e de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).



André de Paula: Líder do PSD na Câmara disse que há um acordo entre os partidos de centro para preservar a reforma

O líder do PSD na Câmara, André de Paula (PE), disse que há um acordo entre os líderes dos partidos de centro, o Novo e o PSL para preservar o calendário da reforma da Previdência. "Esses partidos vão trabalhar para blindar a reforma da Previdência desses fatos novos", afirmou. Ele garantiu que está mantida a apresentação do relatório do deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) para esta quinta-feira, dia 13.

O líder do PSD revelou que a notícia do vazamento dos diálogos entre Moro e Dallagnol pelo site "The Intercept Brasil" surpreendeu os líderes que se reuniram para falar da reforma no domingo. Mas o sentimento do grupo é de que a prioridade da reforma deve ser preservada, paralelamente aos desdobramentos do noticiário sobre Moro e Dallagnol. O pernambucano admite que a oposição tentará conturbar os trabalhos da comissão especial, "porque faz parte da democracia", mas observa que o desejo da maioria é garantir o andamento dos trabalhos.

Na mesma linha, o líder do DEM na Câmara, Elmar Nascimento (BA), descartou que os escândalos envolvendo Moro e Dallagnol influenciarão o calendário da proposta. "Nós sempre defenderemos que a reforma seja preservada", reforçou. Elmar diz que o parlamento adotou uma postura independente em relação ao governo, que lhes permitirá tocar uma agenda própria, alheia aos problemas do Executivo.

Nos bastidores, entretanto, a revelação dos diálogos causou profundo desconforto entre os parlamentares. "O Congresso vai reagir", disse ao **Valor** um integrante da cúpula do Congresso, "mas sem açodamento". A orientação entre os líderes é aguardar pelo menos 48 horas pelos novos fatos, já que o site "The Intercept Brasil", autor da série de reportagens, anunciou que divulgará novas mensagens, áudios e documentos.

Nesse prazo, não há disposição para votar a liberação de R\$ 248,9 bilhões de crédito suplementar para o Tesouro Nacional. Depois desse prazo, o bloco de Centro, que é hegemônico na Câmara, vai se reunir com a oposição e construir acordos para eventuais convocações do ministro da Justiça, Sergio Moro, e do procurador Deltan Dallagnol.

Um líder influente de uma das bancadas de centro-direita ressalta que os requerimentos de convocação de Moro anunciados pelo Psol, e de abertura da CPI aventada pelo PDT só têm como prosseguir com o apoio dos partidos de Centro, que formam o bloco hegemônico da Casa. Segundo este líder, hoje este apoio ainda é residual. Mas em caso de mudança do cenário, a disposição dos partidos de Centro é de não deixar a oposição isolada no eventual enfrentamento a Moro e aos integrantes da força-tarefa da Lava-Jato. A estratégia é traçar uma linha de ação em sintonia com os senadores, que pode

implicar na instalação de duas comissões mistas de inquérito: a primeira, que aguarda apenas a definição do presidente e do relator, investigará os ataques aos políticos nas redes sociais; a segunda, se houver consenso entre os partidos de Centro e a oposição, investigaria a Lava-Jato.

Dissonante da maioria do Congresso, o líder do PSL, senador Major Olímpio (SP), disse ontem que não vê "nenhum problema de nenhuma ordem" na troca de mensagens de Moro com os procuradores. "Moro é como alguém de carne e osso. Tinha e tem relacionamento de ordem pessoal com procuradores, com pessoas que estão participando das investigações da Lava-Jato", afirmou.

11/06/2019 - 05:00

Governadores devem formalizar apoio à PEC

Por Vandson Lima e Edna Simão

Uma maioria expressiva de governadores, que pode chegar a 24 dos 27 mandatários, deve se formar hoje em favor da proposta de reforma da Previdência. A inclusão automática de Estados e municípios permanece como ponto nevrálgico. Por isso, caso não seja possível se atingir algo próximo do consenso, a tendência é que se avalie a inclusão de um dispositivo para que governadores e prefeitos possam aderir às mudanças nas regras de aposentadoria por decreto, por um período de quatro anos, até que os legislativos locais respaldem a alteração por lei.

É o que dizem governadores e fontes ouvidas pelo **Valor**, ligadas à organização do Fórum de Governadores, que ocorrerá hoje em Brasília. A reunião antecederá a apresentação na quinta-feira, pelo deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), de seu relatório na comissão especial. O parlamentar adiou a divulgação do parecer justamente para acertar os termos da proposta com os governadores.

"Estou otimista. Será uma reunião decisiva. Não será por unanimidade, mas o sentimento da maioria dos governadores é fechar apoio à aprovação da reforma e vamos sair do encontro com um documento nesse sentido", afirmou o governador de São Paulo, João Doria (PSDB).

A reportagem apurou que, nas conversas mantidas pelos governadores em um grupo no WhatsApp, 22 dos 27 já estão decididos em expressar apoio explícito à reforma. Os governadores do Piauí, Wellington Dias (PT), e de Alagoas, Renan Filho (MDB), ainda demonstram certa resistência, mas podem se juntar à maioria diante de um compromisso firme do relator com a manutenção nas regras de aposentadoria rural e do Benefício de Prestação Continuada (BPC). Já os governadores do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra (PT), e da Bahia, Rui Costa (PT), são os mais resistentes e dificilmente mudarão de posição em favor da proposta.

Como está claro que nem todos serão convencidos, os governadores do Mato Grosso, Mauro Mendes, e de Goiás, Ronaldo Caiado, ambos do DEM, colocarão em pauta uma outra possibilidade: propor ao relator a inclusão de um dispositivo para que a adesão pelos Estados seja facultativa e por decreto temporário.

Assim, segundo fontes, os governantes optariam por internalizar a reforma da Previdência nos mesmos moldes da União. Um segundo dispositivo seria acrescentado no Ato das disposições constitucionais transitórias (ADCT). É nele que se facultaria a adesão por decreto por quatro anos, o que evitaria uma discussão jurídica que tem grande potencial para travancar a ideia. Nesse prazo, o decreto deverá ser substituído por uma lei estadual de iniciativa do Executivo.

A realização de mudanças nas regras previdenciárias pelos Estados é fundamental para que consigam atender aos critérios exigidos pelo Tesouro Nacional para adesão ao ajuda financeira prometida pelo Executivo com o Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF), apelidado de Plano Mansueto. Não há uma menção explícita sobre a reforma como condicionante, mas, sem ela, é praticamente impossível uma redução dos gastos pelos Estados. "Difícil controlar o crescimento do gasto com pessoal sem mexer na previdência", afirmou um técnico da área econômica.



Doria: governador paulista demonstrou otimismo em conseguir um acordo sobre Previdência com 23 dos 26 colegas, inclusive com diversos opositores

Na terça-feira, o governo encaminhou ao Congresso Nacional um projeto de lei complementar para tratar do socorro financeiro aos Estados. Apesar de os parlamentares nem terem começado a avaliar o tema, Goiás, Rio Grande do Norte e Pernambuco já estão se antecipando, apresentando documentos e tirando dúvidas para o Tesouro Nacional. A ideia é que, assim que o projeto for aprovado, esses Estados possam ter acesso, praticamente imediato ao Plano Mansueto. O primeiro destes a colocar a documentação em ordem foi Goiás.

Neste fim de semana, o governo acertou com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), neste domingo, o governo negociar a idade mínima dos professores. Segundo uma fonte credenciada, o governo aceita fazer a diferenciação de idade entre homens e mulheres nessa categoria.

Pela negociação, a idade mínima para a aposentadoria das professoras será 55 anos, e para os professores será 60 anos. Mesmo assim, os líderes estão dispostos a pressionar até o fim para que a idade mínima para ambos os sexos seja de 55 anos.

Atualmente, os professores que se aposentam pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS) não precisam cumprir uma idade mínima, desde que tenham feito contribuição de 25 anos, se mulher, e 30 anos, se homem. **(Colaborou Andrea Jubé)**



Governador de Goiás defende 3ª via para participação de Estados e municípios na Previdência

Na semana passada, vinte e cinco governadores assinaram uma carta em que fazem um apelo ao Congresso para que Estados e municípios sejam mantidos na reforma da Previdência

Eduardo Rodrigues e Mariana Haubert, O Estado de S.Paulo

11 de junho de 2019 | 09h47

BRASÍLIA - O governador de **Goiás, Ronaldo Caiado (DEM)**, defendeu durante o **V Fórum de Governadores**, que ocorre nesta terça-feira, 11, em **Brasília**, uma terceira via para a participação de **Estados e municípios** na **reforma da Previdência**. A proposta de **Caiado** é de que o texto aprovado no **Congresso** autorize os **governadores e prefeitos** a aplicarem a reforma para as **Previdências** dos **servidores públicos** por decreto.

LEIA TAMBÉM > [Sem reforma, déficit dos Estados deve subir 300% até 2060, diz órgão do Senado](#)

Na semana passada, **vinte e cinco governadores assinaram uma carta em que fazem um apelo ao Congresso para que Estados e municípios sejam mantidos na reforma da Previdência**, em tramitação na **Câmara**. A carta deve ser apresentada oficialmente nesta terça, durante o Fórum.

Para Ronaldo Caiado, caberá aos governadores e prefeitos explicarem em seus Estados e municípios o porquê da aplicação da reforma Foto: Wilton Júnior|Estadão

Parte dos governadores defende que a reforma debatida no **Congresso** seja aplicada automaticamente ao **funcionalismo público estadual e municipal**. Outros defendem que cada governador e prefeito apresente uma proposta às suas respectivas assembleias estaduais e **câmaras de vereadores**.

"O que eu proponho é que governadores e prefeitos possam assumir esse desgaste e tenham, entre 2019 e 2022, a prerrogativa de implantarem por decreto a reforma nos moldes a ser aprovado no Congresso. Isso tira o desgaste dos deputados federais e estaduais e acaba com essa queda de braço, o que pode inclusive facilitar a aprovação da reforma. Caberá aos governadores e prefeitos explicarem nos seus Estados e municípios o porquê da aplicação da reforma", disse o governador.

'Sem Estados e municípios, será meia reforma'

O governador do **Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB)**, afirmou nesta terça que se os Estados e municípios forem retirados da proposta de **reforma da Previdência**, ela será uma "meia reforma". Ele destacou que está empenhado pessoalmente em buscar os votos da bancada gaúcha. "Uma meia **reforma da Previdência** injetará apenas meio ânimo nos investidores", disse ao chegar para o **V Fórum de Governadores**, em **Brasília**.

Leite afirmou que os governadores podem colaborar para se criar um ambiente político que sustente a aprovação da reforma. O imbróglio sobre a manutenção dos entes federativos existe porque alguns deputados temem que, ao votar favoravelmente à proposta com tal inclusão, possam se desgastar politicamente com suas bases eleitorais.

"Quero que todos Estados tenham sistema previdenciário saudável porque se não, teremos que voltar a pedir ajuda da União, e a União somos todos nós", disse. Para o governador gaúcho, há oportunidade de convergência para a **Previdência** com a exclusão das **mudanças do BPC e da aposentadoria rural**.



Presidente da Comissão Especial quer blindar discussões sobre reforma de polêmica envolvendo Moro

Marcelo Ramos participa nesta terça-feira, 11, do Fórum dos Governadores, em Brasília; previsão é que relatório da proposta seja apresentado na quinta-feira, 13

Eduardo Rodrigues e Mariana Haubert, O Estado de S. Paulo

11 de junho de 2019 | 08h58

BRASÍLIA - O presidente da **Comissão Especial da reforma da Previdência**, deputado **Marcelo Ramos (PL-AM)**, disse nesta terça-feira, 11, que vai conversar com líderes da minoria e da oposição para tentar blindar a discussão sobre a proposta das **polêmicas em torno do vazamento de conversas** do ministro da **Justiça, Sergio Moro**.

LEIA TAMBÉM [>Entenda o que é a Comissão Especial da reforma da Previdência](#)



Ramos confirmou que o relatório da reforma será apresentado na Comissão Especial na próxima quinta-feira, 13 Foto: Dida Sampaio/Estadão

"Farei reuniões hoje com líderes da oposição para tentar blindar a pauta econômica.

Acho inclusive que um movimento de obstrução na Previdência agora tiraria o foco do

debate sobre Moro", disse o parlamentar, ao chegar ao **Fórum dos Governadores**, em **Brasília**. No encontro, governadores de todo o País vão apresentar uma carta em que pedem ao **Congresso** que mantenha os Estados na proposta de reforma.

PUBLICIDADE

Ramos confirmou que o relatório da reforma será apresentado na Comissão Especial na próxima quinta-feira, 13. Com o pedido de vistas regimental, a expectativa é de que as discussões sobre o texto do relator **Samuel Moreira (PSDB-SP)** comecem na quarta-feira da próxima semana, 19, apesar de ser véspera de feriado.

"A velocidade da discussão dependerá da existência de obstrução e do próprio acordo entre os parlamentares em torno do texto. Acredito que a votação do relatório na comissão ocorra na primeira semana de julho", acrescentou.

Veículo: G1	
Data: 11/06/2019	Caderno: Política



Governadores se encontram em Brasília para discutir reforma da Previdência

Manutenção dos estados na reforma proposta pelo governo federal é um dos pontos em pauta. Deputados têm resistido à inclusão de estados e municípios visando as próximas eleições.

Por Luiz Felipe Barbiéri e Fábio Amato, G1 — Brasília
11/06/2019 10h07 Atualizado há 49 minutos

Governadores estão reunidos na manhã desta terça-feira (11) em Brasília para discutir o texto da reforma da Previdência. O relatório do deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) **dever ser lido na próxima quinta (13)** na comissão especial do Congresso que discute a proposta.

Os governadores discutem, entre outros pontos, se os estados **devem ou não ser incluídos automaticamente na reforma** proposta pelo governo, ou se a adesão às novas regras deve passar por discussão nas respectivas assembleias legislativas.

Em carta divulgada na semana passada, a maioria dos mandatários estaduais manifestou apoio à manutenção de servidores de estados, Distrito Federal e municípios na proposta de reforma da Previdência Social. Depois, governadores do Nordeste **divulgaram um novo documento**.

O governador do Espírito Santo, Renato Casagrande (PSB), disse que a semana é decisiva para reforma. Ele afirmou que, independentemente do conteúdo, as regras para aposentadorias de servidores da União, dos estados e dos municípios devem ser as mesmas.

“Todos nós concordamos que a forma deve ser a mesma. Regras que forem vigentes para os servidores públicos da União devem ser as regras dos estados e municípios”, defendeu Casagrande ao chegar para a reunião desta terça-feira.

“Uma reforma que não pega estados e municípios é uma meia reforma, portanto injetará meio entusiasmo no setor privado em relação ao Brasil. E

meio entusiasmo não serve”, declarou o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB).

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, divergiu da posição dos colegas. Ele defendeu, antes da reunião, que seja transferida para governadores e prefeitos a responsabilidade de aprovar, por decreto, mudanças nas regras da Previdência para servidores estaduais e municipais.

Essa medida, na visão dele, seria uma saída para vencer a resistência de deputados federais e estaduais e de vereadores em aprovar uma reforma que depois poderá comprometer suas reeleições.

“Não pode usar decreto para normatizar uma regra constitucional, mas pode usar decreto para, num período limitado, você assumir essa decisão perante as alterações da Previdência”, disse Caiado.

Pela proposta dele, esse período em que os governadores e prefeitos estariam liberados para aprovar mudanças nas regras previdenciárias por decreto seria até 2022.

“Acho que nessa hora é importante que repasse aos governadores e prefeitos a responsabilidade de assumirem o que deputados federais e deputados estaduais, com toda razão, acham que nesse momento seria prejudicial no momento das suas reeleições”, completou o governador de Goiás.

Cobrança por votos

No início desta semana, após reunião com líderes partidários, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), cobrou que o apoio dos governadores à favor da manutenção dos entes na reforma seja convertido em votos no parlamento. Para Maia, “um líder, quando comanda, convence a maioria dos seus liderados”.

Eduardo Leite afirmou que já se reuniu com a bancada gaúcha em Porto Alegre e que, nesta terça, terão um novo encontro em Brasília para discutir o projeto juntamente com prefeitos do estado.

“Os governadores não mandam nos votos dos deputados, evidentemente. Mas temos um posicionamento claro para dar respaldo ao posicionamento dos deputados em favor da reforma da previdência”, afirmou o gaúcho.

“Com a nossa defesa da reforma da previdência, do seu impacto nos estados, estamos buscando criar as condições políticas, o ambiente que dê sustentação para os deputados votar a favor da reforma”. Isso é um gesto importante dos governadores”, afirmou o governador do Rio Grande do Sul.

Debates

O presidente da comissão especial do Congresso que discute a reforma, deputado Marcelo Ramos (PL-AM), também participou do encontro com os governadores.

Ao chegar, Ramos disse que o relatório do projeto deve ser lido na quinta-feira (13) e que os debates no colegiado podem começar na próxima quarta (19), caso os deputados compareçam ao parlamento. Na quinta-feira (20) é feriado de Corpus Christi.

Perguntado se o texto será votado na comissão somente na primeira semana de julho o deputado disse: “Acho que sim”.

“Quarta que vem começa o debate [se houver sessão]. Primeiro vocês têm as sessões de debate, depois as votações. A celeridade desse processo de debate e votação depende de a oposição estar em obstrução ou não, e o nível de acordo em torno do relatório”, afirmou.

11/06/2019 - 05:00

Reformas já estão engatilhadas após Previdência, diz Guedes

Por Ana Krüger



Em apelo a advogados, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que, logo após a aprovação da reforma da Previdência, virão "várias notícias boas". "Já está tudo engatilhado", disse ao listar pautas como a abertura econômica, a reforma tributária e a revisão do pacto federativo. Guedes, no entanto, reafirmou que as próximas reformas dependem das mudanças na aposentadoria.

Segundo o ministro, há perfeita sincronia da equipe econômica com a classe política. No mesmo tom otimista, disse acreditar na aprovação de uma reforma da Previdência que economize R\$ 1 trilhão em dez anos.

O ministro defendeu a agenda econômica em palestra de mais de uma hora na noite desta segunda-feira (10) em sessão do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em Brasília.

Guedes fez vários afagos ao Judiciário. Aproveitou a plateia para agradecer publicamente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que, na semana passada, liberou a privatização de subsidiárias de estatais sem aval do Congresso. O ministro comemorou a liberação e avaliou que a Corte foi extremamente "lúcida" na decisão. "Só a lei pode restringir ou estimular a exploração desses recursos [do Brasil]", disse.

O Ministério da Economia diz que há no país 134 estatais, das quais 88 são subsidiárias. A decisão do STF facilita, por exemplo, a venda de 36 subsidiárias da Petrobras, 30 da Eletrobras e 16 do Banco do Brasil. Na estimativa do governo, as vendas desses ativos podem injetar mais de R\$ 80 milhões em seu orçamento.

De acordo com o ministro da Economia, o aceno aos advogados é "uma provocação a nível de convocação". Segundo ele, os "homens da lei" têm que fazer a sua parte, assim como os economistas. "É muito importante que vocês saibam a força que vocês têm, como advogados." Ele citou como bom exemplo o que chamou de "singela lei" que liberou a entrada de capital privado na educação. Argumentou também que o Judiciário pode ajudar na redução dos monopólios instalados em setores como o de gás.

Ao defender a reforma tributária, disse que, hoje, empresários preferem judicializar a cobrança de impostos a pagá-los. "E quem fica com o dinheiro é o advogado, e o Brasil fica sem a grana. Então vocês [advogados] também têm que dar uma ajuda nesse troço aí. Todos nós temos que apertar o cinto", afirmou o ministro.

O ministro cita que a proposta do governo de reforma tributária deve envolver apenas tributos federais. Ainda assim, reconheceu pontos interessantes da elaborada pelo economista Bernardo Appy, em tramitação no Congresso. "Eu conversei bastante com o Appy, tem muita coisa interessante, mas que ao mesmo tempo exige uma unificação com Estados e municípios que não é por coincidência que ela está há 18 anos na Câmara sem avançar", disse ao criticar propostas que envolvam tributos federais, estaduais e municipais. Sem detalhar, Guedes adiantou que o texto estimulará os entes a unificar impostos. O Estado que preferir, poderá manter a atual distribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), por exemplo.

Tribuna

PAULO ROBERTO SAMPAIO



A reforma do “quer, mas não quer”

Sei que o vazamento das trocas de mensagens entre o então juiz Sérgio Moro e o todo-poderoso coordenador da Lava Jato, Dallagnol, virou o assunto do dia e de muitos dias mais. Foi delicioso para seus adversários o verem provando do próprio veneno. Mas não podemos esquecer que o tema mais importante do país é a reforma da Previdência e seu vai-não-vai, com cartas e mais cartas a dizer quase a mesma coisa.

Só na semana passada foram três, emitidas algumas delas com quase uma dezena de governadores de cara amarrada, mas no final uma conclusão clara: todos concordam e sabem da importância da reforma, para o país, para seus estados e municípios. Só faltam se entender quanto ao preço político a ser pago.

A primeira fustigava diretamente os parlamentares ao mexer nesse “quer mas não quer” dos estados. Nela, os governadores manifestavam “veemente repúdio à sugestão de retirada dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios da Proposta de Emenda à Constituição que modifica o sistema de Previdência Social, atualmente debatida no Congresso Nacional”. Mas usando alguns termos “fortes”, digamos.

A segunda teria sido firmada por 25 dos 27 governadores brasileiros, já mais branda, mas os dois que explicitamente não assinaram - entre eles Rui Costa, da Bahia, e Flávio Dino, PCdoB-MA - se apressaram em dizer que não eram

os únicos. Que no total 9 não autorizavam seus nomes na missiva, o que pareceu ganhar ares de verdade quando esses 9 emitiram outra carta, a terceira, condicionando o apoio à bendita reforma a uma série de exigências.

Sem acordo aparente, persiste a infeliz sugestão de tirar estados e municípios do texto básico da reforma, proposta que partiu de um grupo de deputados e partidos no Congresso. O argumento é que estavam oferecendo aos diversos entes da federação a opção de discutirem e aprovarem as reformas conforme suas conveniências políticas e de caixa, algo impensável. Ou diria melhor: pura maldade, ainda que diante de tanto bate-cabeça, perfeitamente compreensível. Ou não?

Imagine só. Avançando essa tese, com estados e municípios fora da emenda constitucional (PEC) 06/2019, passaríamos a ter neste Brasil continente uma figura jurídica até então impensável: um país com 5.598 regimes previdenciários distintos: um para os servidores da União e demais trabalhadores da iniciativa privada, 27 regimes dos Estados e 5.570 dos municípios.

Em busca de um consenso, eles reúnem-se hoje durante o Fórum dos Governadores, em Brasília, e espera-se que o bom senso prevaleça, e por razões, como já aventadas, óbvias: o Brasil não suporta mais este clima de incerteza envolvendo a principal pauta política deste início de

governo, que, de certa forma, engessa o país e sua economia; a reforma reduziria o déficit das previdências estaduais que caminha para os R\$ 100 bilhões; por fim, apesar do aparente peso político que teriam de carregar, ele ainda seria infinitamente menor ao que lhes aguarda se pretenderem ou forem obrigados a fazer isoladamente a reforma em seus estados e municípios, sujeitos, aí sim, a terem de conceder o impensável.

Rui e mais oito governadores da região Nordeste - sete deles filiados a partidos de esquerda como PT, PCdoB e PSB - admitem a necessidade da reforma, mas criticam vários pontos dela, e vão insistir hoje nesses pontos, em especial a manutenção da aposentadoria dos trabalhadores rurais. Eles são contra, ainda, o corte no pagamento do abono salarial, a desconstitucionalização das regras previdenciárias, a capitalização e a redução do benefício de prestação continuada (que é o pagamento para idosos e deficientes físicos que têm a renda inferior a um quarto de um salário mínimo).

Uma espécie de anfitrião do encontro, Ibaneis Rocha, governador do DF, amenizou as diferenças entre os colegas, chefes dos Executivos estaduais. “Não existe racha. Existem divergências que serão sanadas nesta terça, quando estaremos todos aqui juntos, no Fórum de Governadores, e eu tenho certeza que todos eles serão ouvidos em suas posições. Unanimidade sempre foi uma coisa muito burra” - disparou ele.

Que assim seja para o bem do Brasil e de todos os brasileiros.

*Paulo Roberto Sampaio é diretor de Redação da Tribuna e escreve neste espaço às terças-feiras.

Veículo: O Globo	Online
Data: 11/06/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Caixa venderá ações da Petrobras a investidores

Banco vai se desfazer de ações da Petrobras. Parte dos recursos pagará aportes ao Tesouro

Pressionada a devolver aportes do Tesouro no valor de R\$ 40 bilhões, a Caixa venderá suas ações da Petrobras, que representam fatia de 3,2% da estatal. Cerca de 24% das ações serão destinadas a pequenos investidores. A operação total deve mover R\$ 7,2 bilhões, e a reserva dos papéis irá de 17 a 24 de junho.

A Caixa Econômica Federal vai se desfazer de suas ações na Petrobras, uma operação estimada em R\$ 7,2 bilhões (considerado o preço de fechamento dos papéis em 7 de junho, de R\$ 29,85). Será a maior operação desde a oferta feita pela Telefônica Brasil em abril de 2015, que captou R\$ 16,1 bilhões. Esse movimento reflete tanto a estratégia da Caixa de reduzir sua dependência de recursos do Tesouro Nacional como uma pressão, por parte do Ministério da Economia, para que os bancos públicos comecem a devolver os aportes recebidos — só no caso da Caixa, são R\$ 40 bilhões. Para todos os recursos obtidos com a venda dos papéis da Petrobras teria essa finalidade.

O objetivo é pagar os aportes feito pelo Tesouro nos últimos anos, na forma de Instrumento Híbrido de Capital de Dívida (IHCD), tipo de empréstimo que não tem prazo para pagamento. Segundo fontes ligadas à instituição, o Banco Central já deu aval para que a Caixa antecipe uma primeira parcela de R\$ 3 bilhões ainda esta semana. O plano é pagar o equivalente a R\$ 20 bilhões ainda em 2019.

A antecipação do pagamento desses empréstimos vai resultar no enxugamento das operações do banco. E, segundo fontes, no caso da Caixa a antecipação do pagamento pode ser vantajosa porque os juros cobrados estão acima da Taxa Selic, hoje em 6,5% ao ano.

A Caixa tem uma fatia de 3,2% da Petrobras e, com a oferta das ações ordinárias (ON, com direito a voto), deve zerar sua posição na petrolífera. Do total, 24% das ações serão destinados a pequenos investidores, sendo que 2% vão prioritariamente para funcionários de Petrobras e Caixa que queiram comprá-las. Além disso, 4% serão destinados preferencialmente a investidores que concordarem em não vender as ações adquiridas por 45 dias.

A instituição financeira deve ainda se desfazer de sua participação no Pan, além de trabalhar para acelerar a abertura de capital (IPO) das subsidiárias na área de cartões, seguros, loterias e gestão de ativos.

Entre 2009 e 2013, o Tesouro fez seis aportes na Caixa na forma de IHCD, totalizando R\$ 40 bilhões. Já no caso do

Banco do Brasil, somam R\$ 8,1 bilhões. Como há limites para os bancos efetuarem os desembolsos, como por exemplo, obedecer os limites de segurança e solvência sem comprometer o capital principal, os valores precisam ser pagos em parcelas. Esses pagamentos não impactam o resultado primário do governo federal, mas têm efeito sobre a redução da dívida bruta.

A Caixa pretende vender pelo menos 15% das ações de suas subsidiárias. A estimativa é que isso poderia gerar uma receita extra de R\$ 15 bilhões. De acordo com o cronograma, os primeiros IPOs serão da Caixa Seguridade e da empresa de cartão de crédito, previstos para

ocorrer até o fim deste ano. A oferta de ações da gestora de ativos e loterias ficará para o primeiro semestre de 2020.

MELHORA DA NOTA DA CAIXA

Segundo analistas do setor bancário, a operação será positiva para a nota de crédito da Caixa.

—A venda de ações é o caminho mais rápido para seguir a estratégia que a nova diretoria traçou para o banco. Além do mais, não faz sentido a Caixa ter ações. Não é um banco de tesouraria — observou Luis Santacreu, analista da Austin Rating.

Segundo Sergio Garibian e Pedro Breviglieri, da agência de classificação de risco da S&P, a operação atende à estratégia de concentrar a Caixa em sua origem — crédito imobiliário e de impacto social. Nos últimos anos, o banco já havia conseguido melhorar sua rentabilidade, dedicar-se a operações de menor risco (habitacional e consignado) e frear o crescimento de sua carteira, cujo ritmo acelerado exigia muito capital.

— Isso fez com que o banco registrasse uma melhora expressiva do capital regulatório, exigido pelo BC. A venda será positiva para a melhora de capital da Caixa, mas pouco relevante em volume, em comparação ao seu tamanho. Tende a ter impacto maior a abertura de capital de subsidiárias, como a Caixa Seguradora e a unidade de cartões, que vem sendo planejada — disse Breviglieri. — Deve vir dessas operações parte bastante importante dos R\$ 40 bilhões que a Caixa estuda pagar ao governo.

A Caixa não quis comentar.

SEM USO DE FGTS

O pequeno investidor que quiser comprar as ações da Petrobras oferecidas pela Caixa terá de fazer uma aplicação mínima de R\$ 3 mil. Se a compra de ações for via fundo de investimento, o valor mínimo é menor: R\$ 100. Para participar da oferta, os pequenos investidores devem procurar suas corretoras. A expectativa é que elas comecem campanhas de alerta nos próximos dias. Diferentemente do que ocorreu no passado, não será possível utilizar recursos do FGTS para comprar ações.

Especialistas em mercado de capitais acreditam que a demanda será forte. Fabiola Cavalcanti, sócia de mercado de capitais no Tozzini Freire, ressalta a “escassez de alternativas e a perspectiva de retomada do setor óleo e gás e do pré-sal”.

No caso da Petrobras, a operação é considerada como positiva pela direção. De acordo com fonte próxima à estatal, a entrada de novos acionistas privados de porte significativo trará maior liquidez para os papéis e maior diversificação da base acionária.

— Mas, na prática, o montante ofertado é pequeno e não faz muita diferença para uma empresa do tamanho da Petrobras — disse a fonte.

Outra fonte, porém, ressalta que, apesar de não ser um volume significativo, resultará em menor interferência política na estatal. Isso, avalia uma terceira fonte, certamente aumentará o valor da companhia:

— Quanto mais bem precificada a Petrobras, melhor para o governo e para o país em caso de necessidade de venda.

A Petrobras divulgou fato relevante ao mercado sobre a operação, mas não quis comentar o assunto.

Veículo: O Globo	Online
Data: 11/06/2019	Coluna: Economia

O GLOBO

Governo quer PIS/Pasep para reduzir rombo do Orçamento

Equipe do ministro da Economia estuda usar recursos não sacados pelos trabalhadores para ajudar a diminuir o rombo nas contas públicas.

Expectativa é que sobrem R\$ 10 bilhões, que seriam destinados ao Tesouro

A equipe econômica estuda usar recursos não sacados das contas para ajudar a fechar o Orçamento deste ano. Estimativa é que haja uma sobra de R\$ 10 bilhões.

A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, estuda usar recursos não sacados do PIS/Pasep para reforçar as contas públicas e ajudar a diminuir o rombo do Orçamento deste ano. Além disso, o governo quer evitar

novos bloqueios de recursos para os ministérios.

O governo já anunciou que irá reabrir a autorização para saques de quem tem cotas nos fundos. A ideia é que o valor que não for sacado durante o período em que a campanha estiver aberta seja destinado ao Tesouro Nacional.

A expectativa do governo é que sejam sacados entre R\$ 9 bilhões e R\$ 10 bilhões. Mesmo assim, ainda restariam cerca de R\$ 10 bilhões parados nas contas do PIS/Pasep. É esse valor que o governo quer obter.

Pelas regras atuais, beneficiários com idade a partir de 60 anos podem acessar os recursos. O governo vai liberar, agora, o saque para todos os cotistas. Guedes afirmou que os saques só serão autorizados após a aprovação da Previdência.

O saque nas contas do PIS/Pasep já havia sido liberado no governo do ex-presidente Michel Temer e ficou disponível até setembro do ano passado. Com a medida, o saldo das contas caiu de R\$ 34 bilhões para cerca de R\$ 21 bilhões.

Parte desse dinheiro é que, agora, o governo Jair Bolsonaro quer usar para aquecer a economia e para aliviar o rombo das contas públicas. A previsão deste ano é de um déficit de R\$ 139 bilhões.

A arrecadação federal está abaixo do previsto, por causa da fraca recuperação da economia, o que obrigou a equipe econômica a bloquear cerca de R\$ 30 bilhões no Orçamento, medida que atingiu todos os ministérios. Por isso, o governo busca fontes de receitas para evitar novos contingenciamentos. Para fechar as contas, o governo conta com o leilão de petróleo em outubro, como qual espera levantar R\$ 106 bilhões. Parte do total (R\$ 33 bilhões) será destinada ao Petrobrás dividido com estados. O dinheiro só cairia na conta em dezembro.

11/06/2019 - 05:00

Governo quer R\$ 20 bilhões do PIS/Pasep para reduzir déficit

Por Fabio Graner

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, disse ontem ao **Valor** que o governo estuda concentrar no Tesouro Nacional os recursos do PIS/Pasep que não forem sacados pelos seus donos e que estão depositados nos três bancos públicos - BNDES, Banco do Brasil (BB) e Caixa.

A medida representa um impacto primário que pode chegar próximo dos R\$ 20 bilhões. Mas o tamanho do efeito fiscal dependerá de quantas pessoas vão retirar seus recursos que estão parados.

A iniciativa está em estágio avançado, segundo outras fontes do governo. O martelo, porém, ainda não estaria batido e tampouco estaria resolvido se essa medida seria tomada simultaneamente à nova liberação de recursos aos detentores ou se posteriormente, que já está decidida.

A tentativa de trazer os recursos do fundo PIS/Pasep, que tem a maior parte de seu dinheiro no BNDES, já foi pensada no governo Michel Temer, que promoveu duas rodadas de liberação de PIS/Pasep, injetando cerca de R\$ 18 bilhões na economia em dois anos. Mas, segundo o **Valor** apurou, foi abandonada diante do risco de ser contestada juridicamente e derrubada por suposta inconstitucionalidade, pois poderia ser considerada "expropriação".

A ideia é alvo de críticas de setores do atual governo, que apontam um viés de "contabilidade criativa". Uma fonte lembra que a medida parece com a polêmica lei que permitiu à União recuperar precatórios que não foram sacados pelos cidadãos, o que também rendeu receita extra para o governo.

Waldery explicou que já está tomada a decisão de fazer uma nova liberação do PIS/Pasep (inclui trabalhadores que contribuíram até outubro de 1988), faltando decidir a perna fiscal. "Estimamos que um valor bem menor seja efetivamente sacado pelos detentores, que hoje são 14,5 milhões de pessoas, talvez R\$ 1 bilhão a R\$ 2 bilhões sejam sacados", disse, reconhecendo que, do ponto de vista de consumo, o impacto deve ser pequeno. "Mas é importante do ponto de vista fiscal porque esse recurso, ao vir para o Tesouro, é receita primária."

Segundo ele, o primeiro objetivo é fazer com que o PIS/Pasep chegue às mãos de seus detentores. Por isso, disse, haverá intensa campanha para que as pessoas busquem seus recursos. "Acreditamos que poucas pessoas vão pegar, mas queremos que todas o façam." Contas do Ministério da Economia apontam que cerca de 30% dos R\$ 22 bilhões desse fundo público pertence a pessoas que hoje têm mais de 70 anos, por isso haveria dificuldade em devolver o recurso.

O PIS/Pasep são contribuições sociais recolhidas pelas empresas e que ajudam a financiar benefícios a trabalhadores. No caso do BNDES, o dinheiro é aplicado no financiamento de obras de infraestrutura.

Segundo Waldery, se a centralização dos recursos no Tesouro for mesmo feita, isso não impedirá o acesso ao dinheiro pelos seus donos. "Os recursos pertencem às pessoas, que terão, a qualquer momento, acesso a eles", disse. Uma outra fonte ainda acrescentou que a remuneração desse dinheiro, ao ir para o Tesouro, deverá melhorar.



Waldery Rodrigues: ao vir para o Tesouro, recursos são receita primária

"O efeito fiscal é secundário e pode ser feito em segundo momento. [O governo] fará uma chamada aos [detentores] e em seguida centraliza o recurso no Tesouro. Isso ainda está sendo desenhado e deve ser anunciado nos próximos dias e semanas", disse Waldery.

Vale lembrar que, se essa iniciativa for à frente, representará um grande alívio às contas do governo, que hoje têm um contingenciamento da ordem de R\$ 30 bilhões por conta de frustração de receitas. Como o governo ainda deve revisar para baixo sua previsão de crescimento, há risco de, sem receitas novas, ser necessário corte adicional de gastos.

Outra consequência da medida é reduzir fonte de financiamento dos bancos públicos, em especial do BNDES, que, segundo Waldery, tem R\$ 20 bilhões desse fundo. Mas isso se alinha com o propósito do governo de reduzir o aparato estatal e, supostamente, dar mais espaço para o setor privado.

Pouco antes, em sua palestra no seminário "Os Desafios do Planejamento Estratégico para o Desenvolvimento Econômico do Brasil", promovido pelo governo do Ceará em Fortaleza, Waldery disse que o governo tem a política de incentivar o crédito livre. "Não queremos crédito direcionado pelo setor público. Ao contrário, desfaremos o crédito direcionado, em particular o do BNDES", disse lembrando que solicitou ao banco que devolvesse neste ano R\$ 126 bilhões ao Tesouro. Waldery também destacou que o governo trabalha em medidas de mudança na gestão do FGTS, mas não quis detalhar.

O jornalista viajou a convite da Secretaria de Planejamento do Ceará

11/06/2019 - 05:00

Poucos Estados adotam modelo do Carf para desempate de julgamentos

Por Joice Bacelo, Beatriz Olivon e Raphael Di Cunto

Só cinco Estados adotam, nos seus tribunais administrativos, o mesmo modelo do voto de desempate utilizado pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) - a última instância para discutir as cobranças na esfera federal. Os outros 21 Estados e também o Distrito Federal têm sistemáticas próprias. Na maioria deles, o presidente de turma ou câmara julgadora só pode votar uma vez, se houver empate, e em alguns a presidência não fica apenas nas mãos da Fazenda.

O modelo adotado pelo Carf é mais "fechado". A presidência é sempre ocupada por um auditor fiscal e o presidente pode votar até duas vezes o mesmo caso: uma de forma ordinária, junto com os demais conselheiros, e a outra no desempate. Ou seja, ele pode empatar o julgamento e depois desempatar - o que não é bem visto pelos contribuintes.

Além de motivar uma série de ações judiciais, o voto de qualidade do Carf é alvo do Projeto de Lei nº 6.064, que tramita na Câmara dos Deputados. O texto prevê extingui-lo. No formato pretendido, havendo empate de votos, a Fazenda sairia derrotada. A medida tem base no artigo 112 do Código Tributário Nacional (CTN), que prevê interpretação mais favorável ao contribuinte em caso de dúvida.

Esse projeto de lei ganhou regime de urgência há duas semanas como consequência de um acordo para excluir, em votação simbólica, emenda que limitava a atuação dos auditores fiscais a casos de crimes tributários e foi incluída na medida provisória (MP) da reestruturação dos ministérios. Com a urgência, o texto poderá ser votado diretamente no Plenário.

O líder do PP na Câmara, deputado Arthur Lira (AL), está elaborando o texto e negocia com os outros partidos a inclusão, nesse projeto, de regras para a atuação dos auditores e proibir extrapolacões. Ele usa como exemplo a portaria da Receita Federal do fim do ano passado que determina a divulgação em seu site das representações fiscais compartilhadas com o Ministério Público Federal para fins penais.

"Qual lei autorizou? Isso é extrapolar as funções da Receita, é quebrar o sigilo fiscal", acusa o líder do PP. O projeto não vai retroagir para investigacões já realizadas.

O trecho da proposta que trata sobre o voto de qualidade deve permanecer no seu formato original. Os deputados já haviam aprovado, há dois anos, o fim dessa prática. Na época, eles utilizaram uma emenda em medida provisória sobre parcelamento especial (Refis), mas os senadores rejeitaram a alteracão alegando que se tratava de um "jabuti" - texto que não tinha relacão com o conteúdo original.

A possibilidade de, agora, esse tema avançar no Congresso vem causando alvoroço entre advogados que atuam para os contribuintes e que defendem o fim do voto de qualidade. A presidente do Carf, Adriana Gomes Rêgo, acredita, no entanto, que o incômodo gerado pela prática se deva ao uso em casos de valor elevado.



Leandro Cabral: "Eu critico o voto de qualidade praticado pelo Carf, mas não acho que deva ser extinto"

Isso porque, segundo dados divulgados pelo Carf, uma pequena fatia das discussões é resolvida dessa forma. Apenas 7% das 45.479 decisões do órgão proferidas entre 2017 e 2019 tiveram o voto de minerva do presidente. Foram 5% a favor da Fazenda e 2% do contribuinte.

O Carf não entrou em contato com os deputados para tentar barrar o projeto, segundo a presidente. Isso teria que ser feito por meio da assessoria parlamentar do Ministério da Economia. Ela chama a atenção, no entanto, que se aprovada e sancionada a lei, as consequências seriam custosas tanto para a União como para os contribuintes.

A administração pública oferece um contencioso totalmente gratuito por meio do Carf, frisa Adriana, e hoje a Fazenda não pode recorrer ao Judiciário quando perde. Isso mudaria com a aprovação da lei. Ela acredita que tanto os casos resolvidos pelo voto de qualidade, como os definidos por maioria ou mesmo unanimidade contra a Fazenda poderiam ser levados à Justiça. Geraria mais gastos a ambas as partes e levaria mais tempo para o fim das discussões.

"Os pontos de vista do interesse público e da sociedade eu acho que não estão sendo observados", afirma Adriana sobre o projeto de lei. Ela defende que seja mantido o modelo atual. "Estamos em um tribunal administrativo. É uma decisão que representa a administração tributária. No caso de empate, o voto do que representa a administração tributária deve desempatar."

Especialista na área tributária, Leandro Cabral, sócio do Velloza Advogados e autor da pesquisa sobre o voto de qualidade nos tribunais dos Estados, acredita que possa haver uma terceira via para essa discussão. "Eu critico o voto de qualidade praticado pelo Carf, principalmente por ser voto duplo, mas não acho que deva ser extinto", pondera. "Se trata de uma definição que precisa ser alterada em prol da paridade. Em vez de duplo, mudar para voto único, como ocorre na maioria dos Estados."

Somente Pará, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte seguem modelo semelhante ao que é utilizado no Carf. Amazonas, Bahia, Minas Gerais e São Paulo têm também voto duplo, mas nesses Estados ou a presidência é alternada com representante dos contribuintes ou o substituto do presidente fazendário é representante dos contribuintes.

A maioria dos Estados, porém - 17 ao todo e o Distrito Federal - adota o voto único. Desse total, Acre, Distrito Federal e Goiás têm a presidência alternada. Em algumas turmas, o presidente é da Fazenda, por exemplo, e em outras dos contribuintes. Já no Amapá, Espírito Santos e Mato Grosso do Sul, apesar de a presidência ser ocupada por um auditor fiscal, o substituto ou o vice é representante dos contribuintes.

O Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais do Rio Grande do Sul (Tarf) é o único que tem voto único e a presidência fica nas mãos de um profissional "isento". Ele é escolhido pelo Secretário da Fazenda e não deve representar nem o Fisco nem o contribuinte. Os demais 11 Estados - Alagoas, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Paraíba, Pernambuco, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins - se utilizam do voto único, mas com a presidência da Fazenda.

O levantamento feito pelo advogado mostra que apesar de haver diferentes modelos, a sistemática do voto de qualidade existe em todos os Estados. Para Leandro Cabral, extingui-lo seria um risco ao processo administrativo. "Eu prezo mais pela manutenção do Carf do que por uma alteração legislativa que fragilize esse sistema. O processo administrativo tributário deve ser preservado", afirma.

Para o advogado Tiago Conde, sócio do escritório Sacha Calmon Misabel Derzi Advogados, a possibilidade de acabar com o voto de qualidade equivaleria a pedir para acabar com o próprio Carf. "O voto de qualidade é importante para a Fazenda e nós temos um outro benefício, que é a possibilidade de, ao vencer, o processo não chegar ao Judiciário. Isso é mais importante que o voto de qualidade", observa.

Ele também acredita que possa haver alternativa ao modelo que se tem hoje. Por exemplo, manter da forma como está, mas com a possibilidade de o contribuinte que perde pelo voto do presidente discutir seu caso no Judiciário sem a necessidade de apresentar garantia à dívida.

11/06/2019 - 05:00

Receita Federal nega exclusão do ICMS da base do PIS/Cofins

Por **Beatriz Olivon**

A Receita Federal negou a uma empresa que atua no comércio de combustíveis a possibilidade de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. A decisão, em sentido contrário à do Supremo Tribunal Federal (STF), está na Solução de Consulta nº 177, publicada no dia 6 deste mês pela Coordenação-Geral de Tributação (Cosit).

No caso, o órgão entendeu que a base de cálculo das contribuições sociais não é o faturamento, como definiu o STF no julgamento que excluiu o ICMS da conta. A decisão dos ministros ainda não transitou em julgado. Estão pendentes embargos de declaração apresentados pela Fazenda Nacional.

Porém, primeira e segunda instâncias já vêm aplicando a decisão, inclusive em casos semelhantes - entre eles o que trata da exclusão do ISS do cálculo do PIS e da Cofins. O entendimento dos ministros do STF foi o de que o ICMS não configura ingresso de receita, mas valor reservado para pagar outro imposto. Por isso, não integra o faturamento, que é a base das contribuições sociais.

No caso da empresa do setor de combustíveis, o raciocínio foi outro. A Receita afirma, na solução de consulta, que a tributação é imposta por meio de regime especial. Como há uma alíquota específica, calculada em reais por metro cúbico, não seria possível retirar a parcela do ICMS da base do PIS e da Cofins.

A empresa segue regime previsto na Lei nº 9.718, de 1998, segundo a qual produtores, importadores e distribuidores de álcool podem optar por pagar as contribuições sociais sobre o valor do metro cúbico.

Para a Receita Federal, a decisão do Supremo em repercussão geral só alcança as hipóteses em que o faturamento ou a receita bruta faz parte da base de cálculo do PIS e da Cofins. Não seria o caso, segundo o Fisco, da empresa que fez a consulta.

"Cada dia é uma novidade nessa história [do ICMS na base do PIS e da Cofins]", afirma Fabio Calcini, do escritório Brasil Salomão & Matthes Advocacia. De acordo com ele, havia dúvida por parte do setor de álcool sobre como seria a exclusão do ICMS do PIS e da Cofins dentro do regime especial. Por isso, acrescenta, a empresa decidiu consultar a Receita Federal.

O advogado, porém, discorda do entendimento do Fisco. No julgamento do STF, diz ele, os ministros decidiram que um tributo não pode compor a base de cálculo do outro, o que justificaria a exclusão no regime especial. "Embora a empresa pague PIS e Cofins sobre o valor do metro cúbico, o montante inclui ICMS", afirma Calcini.



Fabio Calcini: decisão do STF justificaria exclusão do ICMS em regime especial

Veículo: Bahia Notícias	Caderno: Política
Data: 11/06/2019	



Terça, 11 de Junho de 2019 - 09:20

Petrobras reduz preço da gasolina em 3%

por Nicola Pamplona | Folhapress

A Petrobras anunciou nesta segunda (10) redução de 3% no preço da gasolina em suas refinarias. É o terceiro corte desde o dia 24 de maio, acompanhando a redução das cotações internacionais do combustível.

De acordo com a estatal, o litro da gasolina será reduzido em R\$ 0,0549 a partir desta terça (11). Assim, o preço médio praticado pelas refinarias da empresa cairá de R\$ 1,8144 para R\$ 1,7595 por litro. É o menor valor desde o dia 12 de março. Após três cortes consecutivos, o preço da gasolina vendida pela Petrobras acumula queda de 14%.

No dia 31 de maio, a estatal reduziu o preço da gasolina em 7,1%, fato que gerou comemoração do presidente Jair Bolsonaro no Twitter. Antes, no dia 24, a queda havia sido de 4,4%. O repasse às bombas depende de políticas comerciais de distribuidoras e postos de combustíveis. A gasolina vendida pela Petrobras corresponde a 31% do preço final do produto.

O ciclo de queda acompanha as variações do mercado internacional de petróleo. Desde a o fim de maio, quando o último corte foi anunciado, o preço da gasolina no Golfo do México caiu 4,5%, de acordo com a agência americana de informações em energia.

A política de preços dos combustíveis da Petrobras considera as variações das cotações internacionais e da taxa de câmbio. Acrescenta ainda os custos para trazer os produtos ao mercado brasileiro. Para a gasolina, a política estabelece prazos máximos de 15 dias para reajustes. No caso do diesel, os reajustes não podem ocorrer em prazos inferiores a 15 dias, medida adotada em meio a crescentes insatisfações dos caminhoneiros.

O último ajuste no preço do diesel foi anunciado também no dia 31 de maio, quando o valor praticado pelas refinarias da Petrobras foi reduzido em 6%. Desde março, a Petrobras pratica prazos mínimos de 15 dias para reajustes no preço do diesel. Já a política de preços da gasolina prevê prazos máximos de 15 dias para alterações.

A TARDE

O jornal de toda Bahia

TENDÊNCIA Apuração feita pela FGV de expectativas de empresários atinge patamar mais baixo desde junho de 2016

Indicador de emprego atinge menor nível

VITOR ABDALA
Agência Brasil, Rio

Os dois indicadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV) que buscam registrar tendências do mercado de trabalho no País tiveram piora na passagem de abril para maio deste ano. O Indicador Antecedente de Emprego (Iaemp) caiu 6,7 pontos em maio.

Com a queda, o indicador – que busca antecipar tendências futuras do mercado de trabalho e é calculado com base em entrevistas com empresários da indústria e dos serviços e com consumidores – chegou a 85,8 pontos, em uma escala de zero a 200 pontos, o menor nível desde junho de 2016 (82,2 pontos).

De acordo com o pesquisador Rodolpho Tobler, da

FGV, essa, que é a quarta queda consecutiva do Iaemp, é fruto de desapontamento com o ritmo de recuperação da atividade econômica e dos elevados níveis de in-

Iaemp caiu 6,7 pontos, para índice de 85,8 – em uma escala de zero a 200, o menor nível desde junho de 2016 (82,2 pontos)



Desânimo dos empresários indica que filas em busca de vagas devem continuar

certeza diante da estagnação atual.

Consumidores

O outro índice, Indicador Coincidente de Desemprego (ICD), que mede a percepção dos consumidores sobre a situação atual do mercado de trabalho, subiu 0,9 ponto, para 95,7, a maior pontuação desde dezembro do ano passado.

O ICD é medido em uma escala de zero a 200 pontos, em que quanto maior a pontuação, pior é o resultado.

De acordo com Tobler, apesar de ainda estar abaixo do nível do período eleitoral, o ICD teve seu terceiro resultado negativo e ainda está em um patamar elevado. Para ele, o dado confirma a percepção de lentidão na recuperação do mercado de trabalho.

João Souza / Ag. A TARDE / 2722018

Tribuna

Balança comercial tem superávit

O Ministério da Economia informou ontem que a balança comercial registrou superávit de US\$ 1,085 bilhão no começo de junho. O resultado foi contabilizado até o domingo (9). É o que mostra reportagem de Alexandre Martello, G1 — Brasília.

Quando as exportações superam as importações, o resultado é de superávit. Quando acontece o contrário, o resultado é de déficit.

De acordo com o governo, as exportações no período somaram US\$ 4,564 bilhões (queda de 4,7% na comparação com junho de 2018). As importações, ainda segundo o governo, totalizaram US\$ 3,479 bilhões (aumento de 2% na mesma comparação).

Nas exportações, houve queda nas vendas de produtos manufaturados (-6,2%), semimanufaturados (-4,2%) e aumento nas exportações de produtos básicos (+1%).

Nas importações, aumentaram os gastos com aeronaves e peças (+163,2%), leite e derivados (+88%), equipamentos mecânicos (+32,7%), equipamentos eletroeletrônicos (+26,2%) e alumínio e suas obras (+13,1%).

ACUMULADO DO ANO

De acordo com o Ministério da Economia, até o dia 9 de junho, a balança comercial registrou superávit de US\$ 23,196 bilhões na parcial deste ano.

Embora o saldo acumulado do ano seja positivo, houve queda de 5,6% na comparação com o mesmo período do ano passado, quando o superávit chegou a US\$ 24,561 bilhões.

De acordo com o governo federal, no acumulado deste ano, as exportações somaram US\$ 97,413 bilhões — média diária de US\$ 893 milhões (queda de 1,6% na comparação com o mesmo período do ano passado).

As importações, ainda segundo o governo, somaram US\$ 74,217 bilhões no acumulado de 2019 — média diária de US\$ 680 milhões (alta de 1,3% em relação ao mesmo período de 2018).

Tribuna

Em novo recorde, dívida de aposentados chega a R\$ 132,1 bi

O assédio dos bancos sobre aposentados e pensionistas está cada vez maior. Não por acaso, o endividamento dos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) bateu novo recorde. Dados do Banco Central (BC) apontam que o saldo da dívida das operações de empréstimos consignados, com parcelas descontadas diretamente do benefício, atingiu R\$ 132,1 bilhões em abril, aumento de 11,8% em 12 meses. No ano, a dívida cresceu 5,5%. A concessão de crédito quase dobrou na comparação do primeiro quadrimestre, saltando de

R\$ 14,8 bilhões em 2016 para R\$ 28,4 bilhões este ano. É o que mostra a reportagem de Thaís Moura, Correio Braziliense. A instrução normativa nº 100 do INSS, que entrou em vigor no fim de março, determina que os bancos só podem oferecer crédito consignado a aposentados e pensionistas depois de seis meses da concessão do benefício. Se quiser tomar um financiamento antes desse prazo, o beneficiário terá que ir no banco pessoalmente, depois do início do recebimento da pensão ou aposentadoria, e autorizar a operação. No entanto, a norma é insuficiente para impedir

instituições bancárias de pressionar seus clientes para fazer empréstimos e para evitar o vazamento de dados, admitido pelo INSS no início de abril.

Sandra Regina, 60 anos, recebeu ligações de instituições financeiras de São Paulo na última semana, antes de saber que teve seu pedido de aposentadoria aceito. “Eu abri mão da minha primeira aposentadoria, estou tentando fazer outra. Nem sei se o pedido foi aprovado, mas todos os dias algum banco liga na minha casa oferecendo crédito consignado e dizendo que presta serviços para o INSS.

Tribuna



LEANDRO MAZZINI

CÂMARA APROVA JOGOS

• A Câmara Federal está disposta a aprovar a legalização dos jogos de azar – bingos, cassinos, Bicho, apostas online e afins. É o que revela sondagem inédita da Paraná Pesquisas com 238 dos 513 deputados – 46,39% dos mandatários da Casa. Do total de entrevistados, 52,1% são a favor, 40,8% são contra e os indecisos somam 7,1%. Um projeto de lei sobre o assunto precisa de maioria simples, ou 257 votos, para passar. O resultado anima os defensores da legalização e vai estimular o Governo a investir no tema, que pode render R\$ 20 bilhões/ano em impostos – além de R\$ 6,7 bilhões imediatos com as outorgas e gerar 200 mil empregos diretos, cita Magnho José, maior especialista no Brasil sobre o assunto. A sondagem foi feita por telefone e presencial, de 27 a 31 de maio, a pedido do Instituto Brasileiro do Jogo Legal.



Magnho José

Rota

A maioria dos deputados (40,1%) indica que os cassinos e bingos devem ser abertos em cidades turísticas; ou em cidades de baixo IDH (21,6%).

Do contra

Os contra justificam possível lavagem de dinheiro (20,6%), aumento do vício (17,2%), Religião (10,1%), fiscalização deficitária (9,7%), e ausência de controle (9,2%).

Recuo

Perdeu força a proposta bancada pelo bilionário Sheldon Adelson, dono de cassinos nos EUA e que passou em lobby por Brasília. Apenas 7,2% aprovam cassinos integrados a resorts – incentivado em um projeto pelo americano.

É do jogo

A eventual aprovação da legalização vai obrigar o Governo a criar agência regulatória e fiscalizadora para o setor, a exemplo de outros países. Já tem esboço no Palácio.

Estímulo & tramitação

O presidente da República, Jair Bolsonaro, e o presidente da Casa, Rodrigo Maia, ambos apoiadores da proposta, vão receber a pesquisa hoje. Uma cópia vai para o ministro Paulo Guedes, que sonha em arrecadar mais para a União. Dois projetos em tramitação, que liberam todos os jogos, interessam ao setor e ao Governo. A aprovação do substitutivo ao PL 442/91 na Câmara, ou o avanço do PL 186/14 no Senado.